



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

001

HABEAS CORPUS Nº: 205976-3

AÇÃO ORIGINÁRIA Nº 237.2009.002465-9

COMARCA : São Lourenço da Mata – Vara Criminal

IMPETRANTES : Felipe de Miranda Motta, Giselda Valéria
Douberin dos Santos e Fernando Feitosa Duarte

PACIENTE : Júlio Cezar José da Silva

PROCURADOR : Dr. José Correia de Araújo

RELATORA : Desª Alderita Ramos de Oliveira

EMENTA:

5534
PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. ROUBO QUALIFICADO. FLAGRANTE. ALEGAÇÃO DE INOCÊNCIA. NECESSIDADE DE INCURSÃO NA PROVA. INCABIMENTO NA VIA ESTREITA DO MANDAMUS. AUTO DE PRISÃO DELINEIA CIRCUNSTÂNCIA DE FLAGRÂNCIA, NOS TERMOS DO ART.302, I, DO CPP. LEGALIDADE. LIBERDADE PROVISÓRIA. AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS DOS REQUISITOS PESSOAIS. IMPOSSIBILIDADE DE CONCESSÃO DO PEDIDO. DECISÃO DENEGATÓRIA ARRIMADA NA GRAVIDADE ESPECÍFICA DO CRIME. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. COAÇÃO ILEGAL. INOCORRÊNCIA. WRIT CONHECIDO EM PARTE E, NESSA PARTE, DENEGADA A ORDEM.

I – Incabível incursão aprofundada no conjunto fático-probatório na via estreita do *habeas corpus*, o que impede a análise de eventual alegação de inocência do acusado, mormente quando do auto de prisão em flagrante delito emerge narrativa que se amolda à circunstância de flagrância descrita no art.302, I, do CPP, o que obsta o relaxamento da prisão sob a pecha de ser a mesma ilegal.

II – A gravidade específica do crime, consubstanciada na ousadia do paciente e dos demais acusados, ao adentrarem em um condomínio residencial, objetivando assaltar seus moradores, dentre os quais alguns menores, bem assim o destemor às autoridades por parte dos denunciados ao efetuarem troca de tiros com policiais



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

002

militares, revela-se suficiente para configurar a periculosidade dos agentes, autorizando, por si só, a decretação da prisão preventiva, impondo o indeferimento da benesse libertária, com ou sem pagamento de fiança. Inteligência do art.310, parágrafo único, do CPP. Precedentes do S.T.J.

III – Writ conhecido em parte e, nessa extensão, denegada a ordem. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de *Habeas Corpus* nº 0205976-3 no qual figuram como partes as retronominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da **Terceira Câmara Criminal** do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à **unanimidade, em conhecer em parte o pedido e, nessa extensão, denegar a ordem**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 03 de fevereiro de 2010


Desª. Alderita Ramos de Oliveira
Presidente/ Relatora



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira



003

HABEAS CORPUS Nº: **205976-3**

AÇÃO ORIGINÁRIA Nº **237.2009.002465-9**

COMARCA : São Lourenço da Mata – Vara Criminal
IMPETRANTES : Felipe de Miranda Motta, Giselma Valéria
Douberin dos Santos e Fernando Feitosa Duarte
PACIENTE : Júlio Cezar José da Silva
PROCURADOR : Dr. José Correia de Araújo
RELATORA : Des^a Alderita Ramos de Oliveira

RELATÓRIO

O bel. Felipe de Miranda Motta e os estagiários Giselma Valéria Douberin dos Santos e Fernando Feitosa Duarte impetraram ordem de *Habeas Corpus* liberatório, com pretensão liminar, em favor de **JÚLIO CÉZAR JOSÉ DA SILVA**, devidamente qualificado na exordial (fls.02), alegando que o paciente está sofrendo violação do seu direito de ir e vir, decorrente da nulidade de sua prisão em flagrante delito, ocorrida em **01/12/2009** nos autos do processo-crime nº **237.2009.002465-9** a que o acusado responde, juntamente com **Jefferson Alves de Couto e Rodrigo Fernandes Correia de Araújo**, perante o Juízo de Direito da Vara Criminal da Comarca de São Lourenço da Mata, neste Estado, como incurso nas sanções do delito capitulado no art. 157, §2º, incisos I e II¹, do Código Penal.

Em suas razões, o impetrante argumenta que o paciente é **inocente**, como também que não se verifica, *in casu*, qualquer das **situações de flagrância** a que alude o art.302, do CPP.

¹ Roubo

Art.157 – Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência.

Pena – **reclusão, de quatro a dez anos, e multa**

§2º - Aumenta-se de 1/3 (um terço) até metade:

I – se a violência ou ameaça é exercida com emprego de arma;

II – se há concurso de duas ou mais pessoas;

JASF/HC nº 205976-3



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

Ao final, alega que a decisão que indeferiu a **liberdade provisória** do paciente carece de fundamentação, salientando que o acusado é portador de condições pessoais favoráveis à concessão da aludida benesse.

À inicial foram acostados os documentos de fls.11/15.

As fls.22/23, indeferi o provimento liminar vindicado e, em sucessivo, solicitei informações à autoridade indigitada coatora que as prestou às fls.27/28.

Nesta Instância, a douta Procuradoria de Justiça, na pessoa do Dr.José Correia de Araújo, através do parecer de fls.32/34, opinou pela denegação da ordem.

Está feito o relatório.

Recife, 03 de fevereiro de 2010


Des.^a Alderita Ramos de Oliveira
Relatora



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
005

HABEAS CORPUS Nº: 205976-3

AÇÃO ORIGINÁRIA Nº 237.2009.002465-9

COMARCA : São Lourenço da Mata – Vara Criminal

IMPETRANTES : Felipe de Miranda Motta, Giselda Valéria
Douberin dos Santos e Fernando Feitosa Duarte

PACIENTE : Júlio Cezar José da Silva

PROCURADOR : Dr. José Correia de Araújo

RELATORA : Desª Alderita Ramos de Oliveira

VOTO

De proêmio, convém salientar que a via estreita do *habeas corpus* não comporta análise de mérito do processo de conhecimento, principalmente quando a pretensão deduzida no writ depende de exame aprofundado das provas produzidas, o que só é possível por ocasião da instrução criminal.

De fato, sem adentrar no conjunto fático-probatório, procedendo com a valoração de cada prova colhida nos autos da ação penal, é impossível verificar se o paciente não praticou, conforme alegam os impetrantes, o delito que lhe está sendo imputado, pelo que não há que se conhecer do pedido, no particular à alegação de inocência.

Além do mais, sem que se precise revolver a prova material, observo que, da leitura do Auto de Prisão em Flagrante delito, não se verifica qualquer eiva que viesse a ensejar a nulidade do ato flagrancial impugnado, sendo certo que a narrativa escandida pelos executores da prisão em flagrante delito do paciente, concernente à circunstância do fato em tela, amolda-se com justeza à hipótese de prisão em flagrante delineada no art.302, inciso I², da Lei Adjetiva Penal, em que ocorre o chamado **flagrante próprio**, consoante se pode

² Art.302 – Considera-se em flagrante delito quem:

I- está cometendo a infração penal;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

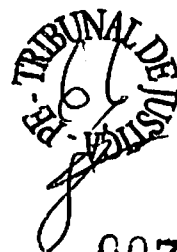


006

depreender dos depoimentos colhidos dos agentes policiais, acostados pelo Juízo processante às fls.42/56.

Nesse sentido, destaco do depoimento do condutor **Kleber da Silva Trindade**, o seguinte excerto (fls.42/43):

"(...) que o depoente no dia de hoje estava de serviço comandando a guarnição 9123 do 20º BPM, quando, nas imediações da rua do Cotovelo, mais precisamente no Conjunto Residencial do Tiúma, foi solicitado por várias pessoas, as quais se diziam serem vítimas naquele momento de crime de roubo; Que as vítimas ainda alegaram que os meliantes eram em número de três e se encontravam num veículo corsa de cor branca e placa KJA-5252; Que a guarnição do condutor saiu em diligência com intuito de prender em flagrante delito os meliantes ora mencionados, no entanto, ainda nas imediações do referido conjunto Residencial a guarnição do condutor avistou o veículo corsa, o qual estava com três elementos no interior; Que, daí passou a ter uma perseguição, onde os policiais foram recebidos a bala e para sua defesa e cumprimento do dever legal revidaram a investida dos bandidos, tendo na ocasião acertado os dois pneus traseiros do veículo; Que foi quando o veículo parou e o condutor juntamente com seu colega de farda e mais outra guarnição que ali chegou abordaram os meliantes; Que, momentos antes do veículo ser atingido no pneu o condutor viu que foi sacudido pela janela algum objeto, tendo logo em seguida e após os meliantes serem imobilizados, o condutor voltou nas imediações onde foi jogado o referido objeto e achou uma arma de fogo do tipo revólver, calibre 32, bem como achou ainda nas imediações dois aparelhos celulares; Que, os meliantes assumiram que haviam assaltado várias pessoas, além de ter assumido a propriedade da arma de fogo; Que logo em seguida as vítimas chegaram no local onde os meliantes estavam detidos e reconheceram os mesmos, além de reconhecer o veículo apreendido pelos policiais; Que, duas das cinco vítimas reconheceram os seus aparelhos celulares como sendo um da marca Gradiente, modelo 5200, cor prata e outro da marca Motorola, modelo V#, cor rosa; Que as



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

vítimas reconheceram os meliantes sem sombra de dúvida e afirmaram que a pessoa do carona foi quem apontou a arma de fogo, o qual estava com uma camisa amarela e nesta Delegacia foi identificado como sendo JEFFERSON ALVES DE COUTO; Que, a arma apreendida foi um revólver calibre 32, marca Taurus, nº 659013D, oxidado, o qual estava municiado com cinco munições, sendo que três pinadas e duas intactas e mais uma cápsula deflagrada; Que também foi apreendido com um dos meliantes a quantia de cinquenta reais, não sabendo informar o condutor se a referida quantia faz parte do produto do roubo, objetos estes constantes no auto de apresentação e apreensão; Que diante da certeza do crime de roubo o condutor apreendeu os referidos objetos, deu voz de prisão aos meliantes e conduziu todos para a Delegacia de Plantão; Que, já nesta Delegacia os meliantes foram identificados como sendo JÚLIO CÉSAR JOSÉ DA SILVA, JEFFERSON ALVES DE COUTO e RODRIGO FERNANDES CORREIA DE ARAÚJO (...). (NEGRITEI)

Destarte, não se há falar em nulidade do auto **flagrancial** combatido, apresentando-se, por conseguinte, descabido o pedido de relaxamento de prisão, eis que desprovido de respaldo fático-jurídico que lhe dê sustentação.

Corroborando tal entendimento, socorre-nos julgado, do teor seguinte:

"A anulação do auto de flagrante delito somente tem cabimento quando demonstrada a inexistência, nele, do cumprimento de formalidade essencial ou quando comprovado legítimo prejuízo ao direito do custodiado (...) Ordem denegada." (HC 67.386/MA, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 17/04/2007, DJ 07/05/2007 p. 366).

De igual modo, entendo que o pedido de liberdade provisória, também, não merece ser acolhido.

Cumpre esclarecer que cabia aos impetrantes o ônus de instruir o *mandamus* com as peças necessárias ao conhecimento da

15



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
67
008

matéria, sendo de bom alvitre salientar, por oportuno, que a via estreita do *habeas corpus* não comporta dilação probatória, devendo o mesmo vir instruído com todas as provas que sustentem as alegações nele contidas.

Destarte, à míngua de documentos trazidos com a impetração que demonstrem, extreme de dúvidas, que o denunciado faz jus à concessão do benefício postulado, torna-se, de plano, incabível o deferimento da pretensão mandamental.

A propósito, o Superior Tribunal de Justiça, analisando a questão, assim decidiu:

"Não tendo a defesa comprovado a residência fixa e a ocupação certa, não deve ser concedida a liberdade provisória. Ordem denegada." (HC 75.501/DF, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 20.11.2007, DJ 10.12.2007 p. 448)

Bem de ver, a propósito, que o MM. Juiz da causa, ao proferir a decisão denegatória do benefício em tela, em sua parte dispositiva, embasou-se, ainda que de forma sucinta, na **gravidade específica** do crime em apreço, argumentando que o mesmo foi praticado, em concurso de pessoas e mediante emprego de arma de fogo, **com a utilização de um automóvel, que se perfaz em ferramenta bastante eficaz para o cometimento de delitos desse jaez**, o qual tem sido uma constante naquela localidade, conforme consta da decisão de fls.13/14.

De fato, pelo que se depreende das informações prestadas pelo togado monocrático às fls.27/28, **as circunstâncias concretas** em que foi cometido o delito imputado ao paciente e demais co-réus, demonstram, a toda evidência, a periculosidade dos agentes, tendo em vista que os mesmo perpetraram o crime em apreço com elevada ousadia, quando adentraram em um condomínio residencial, onde assaltaram alguns de seus moradores, dentre eles menores de idade, mantendo-os sob a ameaça de arma de fogo, chegando a efetuar troca de tiros contra policiais militares por ocasião da fuga, o que demonstra o completo destemor em relação à autoridade estatal,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira



impondo a decretação de sua segregação preventiva, como meio de salvaguardar a ordem pública.

Vê-se, pois, que restou demonstrada a presença dos requisitos autorizadores da custódia preventiva, em face da gravidade específica do caso concreto, o que obsta a pretensão libertária do paciente, *ex vi* do disposto no parágrafo único, do art.310, do CPP.

Aliás, a construção jurisprudencial não discrepa de tal entendimento, senão, vejamos:

"HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA. EXCESSO DE PRAZO. AUSÊNCIA DE REQUISITOS LEGAIS. ALEGAÇÃO DE INDÍCIOS DE AUTORIA INIDÔNEOS. INSTRUÇÃO ENCERRADA. DEMORA SUPERADA (ENUNCIADO 52) E JUSTIFICADA. DECRETO CAUTELAR FUNDADO EM DADOS CONCRETOS. PROCEDIMENTO DO CRIME. GRAVIDADE ESPECÍFICA. JUÍZO PRÉVIO LASTREADO EM LÍDIMA PROBABILIDADE. (...) Considera-se lídima a indicação de gravidade específica para o fim de legitimar a prisão preventiva. Ordem denegada, prejudicados os HC 67656/SP e 66645/SP, de mesmo teor da pretensão ora examinada." (HC 53.737/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 08/03/2007, DJ 26/03/2007 p. 286, REPDJ 30/04/2007 p. 345)

Ante o expendido, conheço em parte o pedido e, nessa extensão, denego a ordem.

Recife, 03 de fevereiro de 2010

Des.^a Alderita Ramos de Oliveira
Relatora